

Iniciativas de modernização escolar em Mato Grosso: grupos escolares e formação docente - o sul do estado (1910-1950)¹

School modernization initiatives in Mato Grosso: school groups and teacher training – the south of the state (1910-1950)

Regina Tereza Cestari de Oliveira*

Arlene da Silva Gonçalves**

* Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação/UCDB.
e-mail: reginacestari@hotmail.com

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação/UCDB.
e-mail: goncalvesarlene@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as iniciativas de modernização escolar pública em Mato Grosso, com a criação de grupos escolares, e, em decorrência, as ações voltadas à formação docente, destacando a organização desses grupos no sul do Estado de Mato Grosso – atual Estado de Mato Grosso do Sul (MS), de modo específico, no município de Campo Grande – atual capital do estado de MS –, nas primeiras décadas do século XX. A investigação baseou-se em fontes primárias constituídas por leis, decretos, regulamentos, mensagens presidenciais, relatórios, além de jornais da época. O novo modelo de escola fez parte da política educacional empreendida pelos governos do período, estreitamente associada aos ideais republicanos.

Palavras-chave

Organização escolar pública. Grupos escolares. Formação docente.

Abstract

The aim of this article is to analyze the government school modernization initiatives in Mato Grosso, with the formation of school groups, and, due to this, actions directed towards teacher training, giving emphasis to the organization of these groups in the south of the State of Mato Grosso – the present State of Mato Grosso do Sul (MS) and specifically in the municipality of Campo Grande – the present capital of the State of MS – in the first decades of the 20th. century. The investigation is based on primary sources made up of laws, decrees, regulations, presidential messages, reports, as well as newspapers of that time. The new school model was part of the educational policy put into practice by the governments of the period, strictly associated to republican ideals.

Key words

Organização escolar pública. Grupos escolares. Formação docente.

Introdução

Este artigo tem como foco a educação primária em Mato Grosso, a partir da criação de grupos escolares, e, em decorrência, a formação docente, no âmbito da política educacional, destacando o sul do estado (atual estado de Mato Grosso do Sul)², de modo especial, o município do Campo Grande³, no período de 1910 a 1950. Para isso, considera-se necessário, inicialmente, configurar o movimento republicano e nele situar o papel da educação.

A proclamação da República no Brasil, em substituição ao regime Imperial, aprofundou os conceitos de modernidade e progresso do país e atribuiu à educação da população um lugar de destaque, na medida em que era condição necessária para o novo modelo de sociedade que se almejava construir.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas, no campo econômico e social, pela ideologia liberal fundamentada nos princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Assim, a noção de que o respeito a desigualdades “naturais”, se substanciava numa sociedade hierarquizada, porém justa e para tanto “aberta”, “[...] desembocou na defesa da ‘Escola Pública, Universal e Gratuita’, como condição indispensável para garantia da igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social ‘justa’ porque ‘natural’” (XAVIER, 1990, p. 60-61).

As dificuldades econômico-financeiras estavam associadas à falta de patrio-

tismo de um lado, e de cultura ‘prática’ ou de formação técnica, de outro. Assim sendo, a escolarização era considerada insubstituível como formadora do espírito nacional, isto é, do caráter e do civismo do cidadão brasileiro, bem como inigualável matriz que transformava simples indivíduos em força produtiva. Nessa perspectiva, a luta pela reconstrução nacional assentava-se na seguinte constatação: a miserável situação do ensino no país, sendo a sua difusão a mais importante obra nacional, uma vez que se constituía o grande problema nacional (NAGLE, 2001, p. 146).

Em outros termos, “[...] diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade” (NAGLE, 2001 p. 165).

O movimento de transformação da sociedade provocou mudanças na própria natureza da escola primária. O estado de São Paulo, que detinha a hegemonia econômica pelo fato de ser o principal produtor e exportador de café, assim como a hegemonia política, por ter o controle do aparelho do Estado, foi o pioneiro no processo de implantação e organização da instrução pública que se empreendeu por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período imperial.

A reforma da instrução pública paulista, portanto, implementada entre 1890 e 1896, foi pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares criados pela Lei n. 169, de 7 de agosto 1893 e Decreto n. 248, de 26 de

julho de 1894 (SOUZA,1998, p. 45).

Esses estabelecimentos de ensino foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino, distantes da escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior. Em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como mais tarde serão chamadas) reunidas. Além desses funcionários existiam também os adjuntos, professores auxiliares, em número variável de acordo com as necessidades, a critério do diretor do Grupo Escolar (REIS FILHO, 1981, p. 119).

O modelo escolar paulista disseminou-se para os demais estados da federação e, conforme Souza (2004, p.118-119), não se deve somente à hegemonia política e econômica de São Paulo, mas, principalmente, “a visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizada com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos, estreitamente associados aos ideais de modernização da sociedade brasileira”.

Assim, a reforma que instaurou um novo modelo de organização escolar e se estendeu para outros estados da federação, no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, entre 1900 e 1920 (MDAL, 2006, p. 7), marcou “[...] a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência, atualmente, nas quatro primeiras séries do nosso ensino fundamental. Com certeza é esse o principal legado educacional que a fase inicial do ‘longo século XX’ nos deixou” (SAVIANI, 2004, p. 29).

A Organização da Instrução Pública em Mato Grosso: a institucionalização dos grupos escolares

No caso do estado de Mato Grosso, os governantes buscaram inserir-se no projeto nacional desencadeando a modernização das cidades, sua urbanização, a implantação de serviços de encanamento de água, melhoria da iluminação, construção de estradas, ferrovias, pontes, entre outros, com a intenção de propiciar o desenvolvimento do Estado.

Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do estado (12/10/1908 a 15/8/1911) apresentou um programa governamental com o objetivo de industrializar o estado, oferecendo a infra-estrutura necessária. No entanto, vinculou o alcance desse objetivo à necessidade de reformar o sistema escolar, investindo na reorganização da instrução primária e na formação de professores. Em mensagem à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a 2ª sessão, em 13 de maio de 1910, o referido presidente referiu-se à reforma da instrução primária, destacando a falta de professores nas diferentes localidades do estado e a importância de sua formação:

Nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primaria sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se reger para a proficuidade dellas. Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhe todos os recursos necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o

magistério público que deve tornar-se atrahente e de real proveito para a sociedade. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1910b)

Desse modo, autorizou a reorganização da Instrução Pública de Mato Grosso por meio da Lei n. 533, de 4 de julho de 1910, com as seguintes especificações:

- a. Desmembrar a Diretoria Geral do Liceu Cuiabano que passará a ter sua própria diretoria;
- b. Criar na capital um curso normal misto, tendo dependentes duas escolas primárias e um jardim de infância;
- c. Sujeitar os institutos particulares de ensino a Diretoria da Instrução Pública, quanto a 'estatística, higiene e moral';
- d. Promover acordo com os governos municipais, para fins de propaganda e fiscalização da instrução primária;
- e. Extinguir o curso complementar primário;
- f. Restabelecer as gratificações adicionais de antiguidade, aos professores que tivessem mais de dez anos de efetivo serviço no magistério, até o máximo de 50% dos respectivos vencimentos;
- g. Dar nova organização ao Conselho Superior de Instrução Pública. (Apud LEITE, 1971, p. 116).

No entanto, foi o Regulamento para a Instrução Primária de Mato Grosso, expedido por meio do Decreto n. 265 de 22 de outubro do mesmo ano, a ser observado a partir de 1911, que estabeleceu: o ensino primário deveria ser leigo, gratuito, ministrado à custa dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem (Art. 1º); as escolas primárias seriam criadas em todas as cidades, vilas e povoados do Estado que

tivessem 25 meninos nas condições para freqüentar a escola; a obrigatoriedade do ensino para crianças de sete aos 10 anos de idade (Art. 5º); a obrigação da escola primária restringir-se-ia aos meninos residentes no círculo traçado pelo raio de um quilometro médio da sede da escola (Art. 9º); as escolas se dividiriam em escolas do sexo masculino, regidas de preferência por professores e escolas do sexo feminino, regidas por professoras; podendo também haver nas pequenas freguesias e povoações, escolas mistas regidas, de preferência, por professoras (Art. 10º) e nenhuma escola primária poderia ter mais de setenta alunos matriculados (Art. 16º) (MATO GROSSO, 1910a).

Além disso, essas escolas se dividiriam em dois graus e nelas deveriam ser ministradas as seguintes disciplinas:

- Escola do 1º grau: leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais apropriados a idade e ao sexo dos alunos;
- Escola do 2º grau: as mesmas do 1º e mais, gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética, até regra de três, inclusive sistema legal de pesos e medidas, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas, químicas naturais e leitura de música e canto (Art. 4º)

O ensino nas escolas primárias deveria ser prático e intuitivo, devendo o professor partir nas suas lições do conhecido para o desconhecido e do concreto para o

abstrato, evitando perturbar a inteligência da criança com o estudo de regras e definições e esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tivessem interesse pelos assuntos tratados (Art. 12º), sendo absolutamente proibido o castigo corporal, ou qualquer outro que pudesse abater o brio à criança (Art. 29º).

Com a adoção do método intuitivo, segundo Valdamarin (1998, p. 80),

[...] pretende-se educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, que têm sua origem numa nova concepção sobre o conhecimento, que postula a origem das idéias nos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretende formar indivíduos que usem menos a memória e mais a razão e que valorizem a observação e o julgamento próprios como meios de construção do conhecimento e da implementação das atividades práticas.

Não poderiam, também, ser admitidos nas escolas públicas do Estado outros livros e compêndios que não fossem os aprovados e mandados adaptar pelo Conselho Superior da Instrução Pública (Art. 29º) e, quanto ao mobiliário, em cada uma das escolas primárias, além da mobília própria fornecida pelo Estado, haveria também um relógio de parede, um armário envidraçado, uma coleção de cartas geográficas, modelos de escrita, cabides para chapéu, talha e copos para água e finalmente quaisquer outros objetos indispensáveis para serviço interno da escola, conforme Art. 212º (MATO GROSSO, 1910a).

A principal inovação da Reforma foi a criação do grupo escolar que teve como característica fundamental o fato de reunir em um só local várias escolas avulsas ou

isoladas. Segundo o Regulamento de 1910, o grupo escolar deveria reunir em um só prédio seis escolas, no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino (de dois quilômetros quadrados, distantes da escola) ter oito classes, quatro para meninos e quatro para meninas, sendo que cada classe deveria ter entre 16 e 45 alunos (MATO GROSSO, 1910a). Porém, no mesmo ano, a Lei n. 580 alterou a redação quanto à exigência do número de escolas, passando a ser de no mínimo três e no máximo seis escolas.

O ensino nos grupos escolares teria a duração de quatro anos e o aluno deveria, obrigatoriamente, ter idade de sete anos e provar, com atestado médico, que era vacinado e não sofria de nenhuma moléstia contagiosa (Art. 15º). Os professores deveriam ministrar o ensino da música, do desenho, dos trabalhos manuais e da ginástica (art. 46º).

Os professores deveriam, ainda, ser nomeados de acordo com as normas regulamentares que estabeleciam, por sua vez, o concurso realizado perante a Diretoria Geral da Instrução. Somente quando não se inscrevessem alunos-mestres habilitados pela Escola Normal, se admitiria outros candidatos para o concurso (Art. 121º).

Cada grupo teria um diretor, um professor auxiliar para cada classe, um porteiro e dois serventes. (Art. 41º). Além disso, em sua organização com alunos em uma única classe, sob a autoridade do professor, que substituiu as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, introduziu-se a figura do diretor, considerado a peça fundamental para o sucesso da nova Instituição e subordinado hierarquicamente aos

administradores da Instrução Pública (MATO GROSSO, 1910a).

O cargo de diretor de grupo escolar seria de comissão, nomeado pelo governo do estado na seguinte ordem (Art 48º): em primeiro lugar, um normalista; em segundo, um bacharel em ciências e letras; e, em terceiro, qualquer cidadão de provada competência e aptidão (MATO GROSSO, 1910a). Com efeito,

O trabalho executado por ele compreendia, além da função de professor, também a burocrática, o que obrigava a apresentar, anualmente, um relatório no qual descrevia minuciosamente as condições da escola, as atividades desempenhadas pelos professores, a justificativa das ações implementadas, além de denúncias, reclamações e reivindicações, que nem sempre se davam em condições amigáveis [...]. (REIS e SÀ, 2006, p. 58)

Embora cada grupo escolar funcionasse sob uma única direção, teria divisão completa de sexos (Art. 39). Assim, deveriam ter oito classes, quatro para meninos e quatro para meninas, sendo em cada classe entre 16 e 45 alunos (MATO GROSSO, 1910a).

O artigo acima evidencia que a Reforma de 1910 atendeu o princípio da igualdade da educação entre os sexos, ao estabelecer o mesmo número de classes para meninos e meninas. No entanto, limitou a co-educação ao separar os dois sexos, impedindo a sua convivência. A esse respeito, Jacomeli (1998, p. 131-32) assinala que, no Regulamento de 1910, estavam presentes os princípios da escola pública, tais como a gratuidade do ensino, a obrigatoriedade, a co-educação (com restrições) e a liberdade

de ensino, exceto a laicidade. Em sua análise, “[...] provavelmente, a Igreja tenha influenciado tal decisão, pois ficou clara a sua participação ativa na política mato-grossense”. Enfatiza, também, “que apesar do ideário republicano postular a laicidade na instrução pública, o Estado brasileiro incorporou uma atitude de conciliação, no decorrer dos anos, entre a ideologia liberal e a católica”.

Para iniciar a prática das modernas idéias contidas no novo Regulamento, a primeira providência adotada foi à contratação de professores normalistas, na qualidade de técnicos. Nas palavras do presidente do estado:

Convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrução popular (...) e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objectivo: esperando que me habilitareis para levá-lo a effeito nas condições desejáveis. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1910b)

Dessa forma, chegaram ao estado, em outubro de 1910, os professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann e assumiram imediatamente a Reforma Educacional do Ensino Primário, começando com a criação da Escola Normal e de dois grupos escolares na capital, sendo nomeado diretor da Escola Normal e Modelo anexa o Professor Leowigildo Martins de Mello (REIS e SÀ, 2006, p. 43). Na definição do referido professor:

O Grupo Escolar é um curso primário, seriado em quatro classes distintas para ambos os sexos. Por essas classes, primeira,

segunda, terceira e quarta distribuem-se gradativamente, os conhecimentos que constituem a instrução primária, propriamente dita. As matérias ensinadas da primeira à quarta classe obedecem a um plano uniforme, de tal natureza que o educando, ao iniciar seu curso na primeira classe, recebe conhecimentos dosados pedagógicamente, de todas as disciplinas consagradas no programa geral do Grupo Escolar. O Grupo Escolar apresenta uma uniformidade perfeita em suas aulas e impossibilita completamente o desenvolvimento maior de uns em prejuízo de outros conhecimentos. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1911, p. 9-10)

A instalação de grupos escolares foi permitida nas cidades mais prósperas do estado em 1910, Grupo Escolar do Primeiro Distrito de Cuiabá e Grupo Escolar do Segundo Distrito também em Cuiabá. Em 1912, Grupo Escolar de Cáceres, de Poconé e de Rosário Oeste e D. Pedro II em Cuiabá. De modo específico, no sul do estado, Grupo Escolar de Corumbá e Grupo Escolar de Campo Grande, ambos em 1912. Além dos grupos escolares de Aquidauana, Três Lagoas e de Ponta Porã (MATO GROSSO, 1978).

Em decorrência, o funcionamento do primeiro grupo escolar no estado foi autorizado pelo Decreto n. 258, de 20 de agosto de 1910, inaugurado em 23 de setembro de 1910 em Cuiabá, e conferiu a este tipo de estabelecimento, em caráter provisório, o regulamento e o programa adotados no estado de São Paulo (MARCILIO, 1963, p. 133).

No governo do presidente Mário Corrêa da Costa (1926-1930), um novo Regulamento da Instrução Pública foi expedido por meio do Decreto n. 757, de 22 de

abril de 1927 classificando as escolas da seguinte forma: escolas isoladas rurais, localizadas a mais de 3 km da sede do município; escolas isoladas urbanas, localizadas até 3 km da sede do município; escolas isoladas noturnas, destinadas aos meninos maiores de 12 anos que não pudessem frequentar cursos diurnos; escolas reunidas, funcionando num raio de 2 Km, três ou mais escolas isoladas, com uma frequência total de 80 alunos, reunidas num só estabelecimento com o máximo de sete classes e o mínimo de três (MATO GROSSO, 1927a).

Além disso, segundo o Regulamento de 1927, o ano letivo começava em primeiro de março e terminava em 30 de novembro (Art. 81) com um intervalo de vinte dias que seria determinado a juízo do governo (Art. 82). As aulas aconteceriam com duração de quatro horas e meia diárias, nos estabelecimentos que funcionassem em um único turno, com interrupção de 40 minutos para o recreio dos alunos ao ar livre. Para aqueles que funcionassem em dois turnos, haveria uma interrupção de apenas 30 minutos para recreio (Art. 83), também, ao ar livre, enquanto os prédios deveriam atender, tanto quanto possível, as condições de: capacidade; situação em relação ao solo e à vizinhança: ventilação; iluminação; instalações sanitárias (Art. 86).

Quanto aos grupos escolares, a exigência passou a ser de que fossem criados com pelo menos 250 crianças em idade escolar, num raio de dois quilômetros, e com, pelo menos, oito classes (Art. 34) e estabeleceu o funcionamento anexo a cada Escola Normal, de um grupo escolar modelo destinado à observação e prática

pedagógica dos normalistas e ao ensaio e divulgação dos novos métodos de ensino (Art. 35).

No seu trabalho educativo, portanto, os professores deveriam observar as seguintes normas:

- passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido;
- farão o mais largo emprego da intuição;
- conduzirão a classe às regras e às leis pelo caminho da indução;
- conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para alcançá-la;
- empregarão, no ensino da leitura, o método analítico;
- estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um;
- promoverão pela instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis;
- transformarão os seus alunos em colaboradores;
- tornarão as suas lições interessantes;
- educarão pela palavra e pelo exemplo;
- evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (Art. 91).

Esse artigo evidencia que o método de ensino intuitivo continuou sendo preconizado pela legislação, trazendo a necessidade de material didático, em função da concepção de ensino-aprendizagem subjacente a esse método.

Os materiais didáticos difundidos neste período compreendem caixas para ensino das cores e das formas, gravuras, coleções,

objetos variados de madeira, aros, linhas, papéis, etc. em substituição ao velho livro de textos para serem memorizados. Mas a chave para desencadear a pretendida renovação é a adoção de um novo método: concreto, racional e ativo, denominado ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino intuitivo ...]. (VALDEMARIN, 1998, p. 68)

No que se refere aos docentes, o referido Regulamento definia, em seu Art. 58, que as classes de grupos escolares deveriam ser preenchidas por professores que contassem com: um ano de exercício efetivo em escola urbana; dois anos em escola rural; e por professores normalistas com três anos de exercício interino (MATO GROSSO, 1927a).

Ao iniciar a década de 1930, a mensagem do Presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930) assecurava que:

O ensino é um dos serviços públicos mais efficientes no nosso Estado. Iniciada em 1910 a adopção dos métodos pedagógicos modernos com a introdução de professores paulistas, a semente se desenvolveu nesta capital, como em terreno fértil, e propagou pelas cidades principaes em grupos escolares que vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Thesouro [...].

O ensino primário é ministrado em Matto-Grosso por grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas, divididas estas em urbanas, rurales e ambulantes.

Grupos escolares temos 11, sendo 2 na capital e 1 em cada um dos seguintes municipios: Rosário Oeste, Poconé, Cáceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta-Porã, nos quaes se matricularam o anno passado

3.391 alunos. Os mais freqüentados foram os de Cuyabá, Campo Grande e Corumbá, com 1.423, 480 e 304 alunos cada um respectivamente, e o de menos número de matrículas foi o de São Luiz de Cáceres com 143 apenas.

Os de Cuyabá, Corumbá, Ponta Porá e Campo Grande estão instalados em prédios especialmente construídos. Para o de Aquidauana, o meu antecessor deixou contractada a construção do edificio respectivo. E os demais estão em prédios alugados. (MATO GROSSO, 1930)

Como se verifica, os grupos escolares, construídos a partir da Reforma de 1910 foram instalados, até 1927, somente nas principais cidades do estado, em função de seu número de habitantes e maior desenvolvimento econômico. Na análise de Jacomeli (1998, p. 143-4):

[...] numa região como a mato-grossense, com uma população em 1927 de 296.968 pessoas, onde existiam grandes latifúndios nas mãos de poucas pessoas, onde o poder político, também concentrado nas mãos de poucos, era representado por frações de classes ligadas ao comércio, às usinas de açúcar ou aos latifúndios (criação de gado; extração de eva-mate), uma pressão popular por escolas era praticamente insignificante. A maioria dos trabalhadores, esparramada pelo vasto território mato-grossense, desenvolvia seu trabalho nas fazendas. A parcela de trabalhadores urbanos era relativamente pequena em relação aos trabalhadores rurais. Dessa forma, foram criados grupos escolares justamente nas cidades mais desenvolvidas economicamente e, também, naquelas que serviam como reduto eleitoreiro, por ingerência de algum 'coronel', marca do clientelismo político no Estado.

Ao assumir o governo do estado de Mato Grosso, na função de interventor⁴,

Julio Strubing Muller (1937-1945), iniciou um novo período no ensino mato-grossense. Criou, pelo Decreto n. 53, de 18 de abril de 1941, cem escolas de instrução primária. "Ficariam essas escolas, mais tarde, conhecidas pelo nome de 'As Presidentes Vargas', em virtude das determinações do art.2º daquele decreto, que mandava se desse a uma das que fossem distribuídas em cada município, a denominação de 'Presidente Vargas'. Delas, receberam esse nome, dezoito estabelecimentos" (MARCILIO, 1963, 163).

No entanto, o relatório do Interventor federal encaminhado à Assembléia Legislativa refere-se à tentativa de substituição de professores leigos por professores normalistas para assumir a função, ou seja, professores formados pela Escola Normal e, por isso, considerados aptos, para o exercício do magistério⁵.

Tem-se procurado substituir os professores leigos por normalistas, e êsse objetivo se vai conseguindo, plenamente, exceção feita de algumas escolas rurais, cujo afastamento dos centros de população, torna difícil o seu preenchimento por normalistas, o que, não obstante, se fará pouco a pouco, aproveitando-se para tanto, cada oportunidade que se oferecer. (MATO GROSSO, Relatório..., 1939-1940, p. 14).

A formação de professores continuou objeto de preocupação do Executivo e, em 1950, a mensagem do governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa assinalava que houve [...] "um crescimento no corpo docente primário proporcional à criação de escolas". Assim, em 1º de janeiro de 1947, havia 479 professores estaduais e, em 1º de janeiro do

corrente ano, esse número era de 1.136 (MATO GROSSO, Mensagem..., 1950).

Na gestão seguinte, o governador Fernando Corrêa da Costa (1951 a 1956), em mensagem à Assembléia Legislativa, em 1952, destaca a importância do professor, cuja tarefa era preparar os cidadãos republicanos.

(...) à escola cabe a função de instruir e de educar, isto é, preparar na infância homens aptos para a vida, então, o seu problema culminante que é o do professor a quem cabe a execução dessa magna tarefa.

Porque ensinar, mesmo que sejam noções apenas dos programas de ensino implica ter conhecimentos que não se cifram somente à leitura, à escrita e à contabilidade, mas de higiene, saúde, domínio da terra e dos assuntos sociais mais de interesse da coletividade em que atua o professor, a quem também não se dispensa o senso psicológico. Recrutar elementos portadores desses predicados, numa terra onde as aptidões são chamadas a atividades mais atraentes, quer sob o aspecto da labuta quer sob o prisma econômico, é o crucial trabalho que se depara à administração. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1952, p.26).

Nesse sentido, apresentou como estratégia para introduzir os professores leigos aos conhecimentos pedagógicos, assim como atualizar os professores diplomados, o oferecimento de “cursos de férias”, na capital (Cuiabá), assim como nos municípios de Dourados e de Campo Grande, localizados no sul do estado.

Somos forçados a reconhecer que o ensino em Mato-Grosso está sofrendo uma perigosa involução, um resultante retrocesso.

É verdade que para as escolas das cidades especialmente das que oferecem melhores condições de conforto e de pro-

gresso, ainda se obtêm professoras, o que não se registra quando se trata do preenchimento das unidades rurais.

Diante dessa contingência, as mais das vezes vimos guindados à posição de professores criaturas semi-alfabetizadas.

Para adestrar leigos nos conhecimentos pedagógicos e atualizar os dos diplomados, foram instituídos cursos de férias, que se iniciaram em julho passado na capital, Campo Grande e Dourados e prosseguiram nas férias de fim de ano. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1952 p. 26)

Os Grupos Escolares em Campo Grande, no Sul do Estado de Mato Grosso

É preciso dizer, inicialmente, que a proximidade dos centros mais adiantados do país levou à expansão e a modernização, com rapidez, da cidade de Campo Grande, devido, principalmente, à ampliação da rede ferroviária, que aumentou o fluxo migratório de estrangeiros (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses, italianos), além de fazendeiros nacionais, intelectuais e artistas diversos, vindos de São Paulo e de Minas, transformando-se no maior centro comercial da região e promovendo, dessa forma, sua modernização e aumento populacional⁶. “A maioria era proveniente de Corumbá, cujo comércio começava a declinar com a perda dos aliados comerciais que se serviam da Cidade Branca e passaram a abastecer-se em Campo Grande” (COSTA, 1999, p. 74).

Registra-se que, em 31 de agosto de 1914, quando a cidade já contava com cerca de 1.800 habitantes, realizou-se o

encontro dos trilhos da estrada de ferro que, dos respectivos pontos de início das construções - Bauru, no Estado de São Paulo e Porto Esperança em Mato Grosso, projetaram-se até a junção, que se deu ao córrego Taveira, não distante de Campo Grande, e que, pelo ocorrido, passou a chamar-se 'ligação' (BRASIL, 1958, p.117).

No final da década de 1920, os ares de modernidade estavam presentes e a cidade já ganhava projeção:

[...] a vocação urbana de Campo Grande já estava delineada com 21.360 habitantes, o que revelava a acelerada dinâmica populacional da cidade. Por essa mesma época ela substituiu a luz dos '30 lampeões oferecidos pelo comércio', que ficavam colocados nas esquinas. Veio, então, a luz elétrica sendo a segunda localidade mato-grossense a dispor desse serviço [...] Os seus traços citadinos vão se mesclando á matriz rural [...]

A luz elétrica e as locomotivas integram a paisagem cotidiana, mas isso não significa o banimento das charretes, das carroças e dos animais de serviço. Quanto às ruas sem calçamento, no inverno lançam a poeira vermelha, que fez Campo Grande ser a Cidade Morena [...]

Sintonizada com o seu tempo, aberta às novidades, já em 1924, conta com a possibilidade de captar as ondas do rádio: é fundado o Rádio Clube, inicialmente voltado para a reunião noturna, quando se ouviam emissoras de rádio nacionais e estrangeiras. Uma sensação! (BITAR, 2004, p.10).

Nesse contexto, D. Francisco de Aquino Correa, Bispo de Prusiade, Presidente do estado de Mato Grosso, em 3 de novembro de 1921, sancionou a Resolução n. 846, criando três grupos escolares, no sul do estado, da seguinte forma:

Art 1 – Em comemoração ao centenário da nossa Independência, ficam creados com a mesma organização dos actuaes, três grupos escolares com sede nas cidades de Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana.

Art 2 – O Governo providenciará sobre a sua instalação provisória e os fará inaugurar no começo do piodo letivo do anno centenário si as municipalidades daquellas cidades contribuirém com os prédios necessários ao bom funcionamento delles, enquanto não construídos os próprios.

Art 3 – Ficam desde já abertos os créditos necessários à aquisição do mobiliário escolar respectivo e à execução desta lei (MATO GROSSO, 1921).

Assim, o primeiro grupo escolar em Campo Grande⁷, foi instalado em 13 de junho de 1922, apesar de ter sido autorizado pelo Executivo, pela Resolução n. 616, em 17 de julho de 1912 e após ter sido autorizado pela Resolução n. 866, de 3 de junho de 1922.

Obedecendo ainda ao programa do levantamento do nível da instrução publica do estado foram inaugurados os grupos escolares de Campo Grande e Três Lagoas, a 13 de junho passado, devendo ser installados neste anno mais os de Corumbá, Aquidauana e Miranda, tão logo se consiga o aparelhamento necessário. Algumas outras cidades, como as de Ponta Porá e Bella Vista, reclamam também a adopção desses institutos de ensino, com os quaes opportunamente serão servidos. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1923, p.35)

O Grupo Escolar de Campo Grande funcionou, inicialmente, em uma casa alugada na avenida Afonso Pena, sendo transferido definitivamente para seu prédio, em 18 de julho de 1926, na mesma

avenida, na área central da cidade, dia em que foi solenemente inaugurado⁸. (REVISTA FOLHA DA SERRA, 1933). Foram seus primeiros diretores os srs. Bartolomeu Lopes dos Santos, Evaldo Coelho, Estácio Correa Trindade e Alrio Reveilleau. Em 1930 assumiu a direção do Grupo João Tessitore Jr. (JORNAL ENFOQUE, 1986).

Seu nome foi alterado para “Joaquim Murtinho”⁹ por meio do Decreto n. 669, de 5 de junho de 1924 (MATO GROSSO, Mensagem, 1925, p.25-26).

O Presidente do Estado de Matto-Grosso, considerando que os grupos escolares, quando algum titulo recebam, devem tirar-o dos annaes pátrios;

Considerando que a denominação recommendavel para taes estabelecimentos de educação e culto do civismo é a dos varões notáveis, que se tenham imposto à veneração da posteridade, de preferência a de personagens cuja benemerência ainda esteja sujeito a revisão crítica dos contemporâneos.

Considerando que entre os primeiros sobre Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Caetano Pinto de Miranda Montenegro, capitães generaes que, em fecunda magistratura, fundaram Corumbá e Miranda: Augusto Leverger, consummado geographo e hábil defensor de Cuiabá, em grave conjuntura, que se lhe perpetuou na fé de olheiro, nobilitando com o titulo de Barão de Melgaço, Dr. Affonso Augusto Moreira Penha, em cujo governo a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tomou considerável impulso, desviando-se para Três Lagoas, onde por seus esforços, tiveram então início os trabalhos preliminares. Drs. Joaquim Duarte Murtinho, Antonio Corrêa da Costa e Manoel Esperidião da Costa Marques, mattogrossenses que se nobilitaram, além

de outros serviços relevantes prestados à Pátria, por se terem dedicado ao magistério, o primeiro no ensino superior e os outros no secundário, que o segundo reformou efficientemente.

Decreta

Art. 1º A Escola Modelo desta capital passará a denominar-se, de 13 de junho corrente em diante, Escola Modelo “Barão de Melgaço”, continuando annexa à Normal, o Grupo Escolar de S.Luiz de Cáceres denominar-se-à Grupo Escolar “Esperidião Marques”; o de Corumbá, Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque”; o de Miranda, Grupo Escolar “Antonio Corrêa”; o de Campo Grande, Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”; e o de Três Lagôas, Grupo Escolar “Affonso Penna”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado em Cuiabá, 5 de junho de 1924, 36º da República.

Pedro C. Corrêa da Costa.

Virgílio Alves Corrêa Filho

No ano de 1927, conforme relatório presidencial, estavam matriculados 2.712 alunos nos grupos existentes em Mato Grosso, sendo 276 alunos no Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, 148 do sexo masculino e 128 do sexo feminino (MATO GROSSO, 1927, p. 142).

A década de 1930 registrou crescente processo de urbanização do município de Campo Grande. O censo de 1940 contou 49.629 habitantes, distribuídos, quase igualmente, entre as zonas rural e urbana. São 24.479 (49,3%) na cidade e 25.150 (50,7%) no campo. No entanto, considerando-se somente a população do distrito da sede, isto é, do atual município, excluindo-se os

distritos que formavam Campo Grande, tem-se uma população de 35.170 moradores, dos quais 13.054 (65,6%) na zona urbana e 12.116 (34,2%) na rural.

Essa precocidade do processo de urbanização da futura capital, consolidado na década de 30, surpreende não só por ser, em si, um movimento de vanguarda, antecipando em trinta anos uma tendência, mas, também, e principalmente, porque isso acontecia em meio a um sertão ermo, distante das principais cidades e dos focos mais ativos da economia brasileira [...]. (CABRAL, 1999, p. 42)

O aumento da população provocou, em decorrência, o aumento da demanda escolar e a ampliação de matrículas no Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”.

Mesmo assim, com a impossibilidade de prover suficientemente as coisas do ensino, a nossa população escolar foi notavelmente accrescida, sendo que, em alguns casos, como aconteceu nos grupos escolares “Antonio Correa” e “Joaquim Murtinho”, esse accrescimento foi de mais de 70 por cento. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1929, p. 88)

O relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública, em 29 de agosto de 1931, de “sua viagem de inspecção aos diversos estabelecimentos de ensino da zona Sul do Estado”, descrevia as condições do prédio do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, onde funcionava também a Escola Normal, instalada no dia 21 de abril de 1930, pelo presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930).

[...] A situação geral do ensino naquela zona, é lastimável, pela falta quasi que

completa de material didactico assim como pela desorientação em relação ao emprego de metodos. (MATO GROSSO, Mensagem., 1931).

[...] Em péssimo estado de conservação se encontra o edificio da Escola Normal onde funcionam também a escola modelo e o curso annexo. A impressão que se tem ao penetrar-se nelle é desoladora. Urge uma limpeza geral, assim como a reparação das vidraças das janelas que se acham todas quebradas.

Edificio acanhado, sem lotação suficiente para nelle funcionar um grupo escolar, pois somente seis salas de aula, sente-se a direção do estabelecimento em sérios embaraços para nele fazer funcionar as duas outras escolas annexas.

No próximo anno, com a promoção dos alunos do 1º anno para o 2º anno normal, não terá a Directoria, uma sala para collocar esses allunos.

Funcionando já em dois turnos, para satisfazer constantes pedidos de matrícula no grupo [...] construam com urgência mais duas salas.

A lotação actual do edificio é para 240 allunos e só na Escola Modelo a matrícula é de 541, com frequência de 434 se juntarmos ainda 24, da Escola Normal e 17 do Curso Complementar [...] um total de 582 allunos, freqüentando um edificio com lotação para 240 ou 480, com funcionamento em dois turnos. (MATO GROSSO, Relatório..., 1931).

Como se pode observar, o prédio do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho” estava em precário estado de conservação, além de seu espaço ser insuficiente para atender aos alunos matriculados nos diferentes graus de ensino, situação agravada com o funcionamento da Escola Normal no mesmo espaço.

Possuía o Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, agora transformado em Escola Modelo, 77 carteiras para 414 alunos, frequentes, o que já trazia sérios embaraços à Directoria dos Estabelecimentos.

Mais se accentuou agora essa excasses de material com a criação da Escola Normal e Curso Complementar, pois não foi fornecido pelo Governo, até esta data, novo material aquelle Estabelecimento.

Não possui ainda gabinetes de Physica e Química e História Natural, o que aliás não nos causa tanta admiração, pois a própria Escola Normal da Capital se acha desprovida de gabinetes.

É seu Director o Dr. Múcio Teixeira Filho (MATO GROSSO, Relatório..., 1931).

[...] O mobiliário existente no grupo é insufficiente. Há falta de carteiras, mesas e cathedras para professores e as que existem estão em mau estado de conservação.

É de necessidade adaptar-se esse estabelecimento de novos mobiliários de accordo com sua importância. Na situação em que se encontra, pois até os moveis modestos do gabinete da Directoria são de propriedade particular, fica o estabelecimento em posição humilhante diante dos collegios particulares, superiormente installados.

Embora esteja o Estado atravessando uma phase dolorosa em sua vida econômica, mesmo assim urge attender com carinho as necessidades dessa escola. Os moveis velhos existentes poderão ser aproveitados em escolas isoladas ruraes. (MATO GROSSO, Relatório..., 1931).

Além de criticar as condições inadequadas do prédio e do mobiliário, o referido professor expôs também a sua crítica à contratação de docentes, considerando-os despreparados para o desempenho da função, uma vez que não tinham a formação

específica para o exercício do magistério, condição indispensável para o novo modelo de ensino.

Entregue geralmente as direcções dos estabelecimentos às pessoas leigas, sem tirocinio no magistério, transformou-se assim o cargo de director de Grupo, de uma função essencialmente tecnica para a de simples burocracia.

[...] na maioria dos Grupos Escolares, o corpo docente é quasi todo constituido de pessoas sem preparo tecnico, necessario, dahi a confusão, a falta de orientação segura, que se note, geralmente nos referidos estabelecimentos. (MATO GROSSO, Relatório..., 1931)

Ainda enfatizava que a contratação de professores leigos comprometia o processo ensino-aprendizagem, pelo desconhecimento e uso inadequado do método didático, outro requisito exigido pelo modelo de ensino.

[...] O emprego do methodo analytico synthetico no ensino de linguagem produz grande resultado quando o professor conhece o processo e o emprega com entusiasmo, mas é de effeito nullo quando empregado por um professor que o não conheça perfeitamente.

Dahi a razão por que se escolhe para os primeiros annos os professores mais dedicados, mais aptos, mas entusiastas pela profissão.

No Sul do Estado fazem justamente o contrario. Aos professores leigos e menos habilitados se entregam as classes dos primeiros annos! Urge uma reforma geral nos processos de ensino empregados pelos nossos professores. (MATO GROSSO, Relatório..., 1931)

Diante da situação relatada, o Diretor da Instrução Pública finalizava o seu rela-

tório, propondo algumas medidas, entre as quais destacavam-se a necessidade de um plano de carreira no magistério e a formação e experiência profissional de cinco anos como professor, para assumir o cargo de direção escolar.

Entre outras medidas tomo a liberdade de propor a V. Excia. o seguinte:

- a. Seja estabelecida carreira no magistério, exigindo-se condições especiais para as promoções.
- b. Effectividade nas direcções dos grupos escolares que só poderão ser dirigidos respeitadas os direitos adquiridos, por professores com cinco annos de exercício em grupos escolares.
- c. Os cargos de inspectores de ensino devem ser de promoção e preenchidos por pessoas que tenham exercido o cargo de direcção nos estabelecimentos de instrucção.
- d. Creação de Almoxarifado da instrucção, afim de se attender com mais presteza aos pedidos de material.
- e. Creação de uma delegacia regional dependente da Directoria Geral, para attender as necessidades do ensino no Sul.
- f. Augmento de attribuições da Directoria Geral que poderá transferir, conceder licenças para tratamento de saúde até três meses, nomear professores interinos para as escolas ruraes, etc.
- g. Seja permitido aos leigos a inscrição ao concurso, em falta de professores diplomados, para preenchimento effectivo das escolas ruraes;
- h. Creação de uma secção de estatística annexa à Directoria Geral;
- i. Dotação de uma verba especial, destinada às despesas com a publicação da "Revista do Ensino" do Estado.

São estas Exm^o Snr. As medidas mais urgentes que tomo a liberdade de propor a

V. Excia. Continuando ao seu dispor para pessoalmente fornecer-lhe todos os informes que V. Excia julgar convenientes.

Saudações,

Franklim C. Oliveira.

De acordo com o relatório de 1939-1940 elaborado pelo interventor Federal de Mato Grosso, Bel. Júlio Strúbing Muller (11/9/1937 a 30/10/1945), o prédio foi ampliado "para a instalação do Liceu Campograndense, foi edificado um pavilhão nos terrenos do Grupo Escolar 'Joaquim Murtinho' em Campo Grande, com o qual se despenderam cinquenta e seis contos de réis (56:000\$000)" (MATO GROSSO, Relatório..., 1940).

Segundo Marcílio (1963, p. 184), os prédios do Grupo Escolar "Joaquim Murtinho" receberam melhoramento apenas no ano de 1956, no governo de João Ponce Arruda (31/01/1956 a 31/01/1961), ou seja, vinte e cinco anos depois do relato contundente das condições precárias para o seu funcionamento.

A criação de um segundo Grupo Escolar, em Campo Grande, atendeu solicitações provenientes da Câmara e do Comando da nona região do município, tendo em vista o aumento da população infantil, no bairro Amambal¹⁰ do município, conforme apontou o interventor federal Capitão Manoel Ary da Silva Pires (9/3/1937 a 13/9/1937) em sua mensagem à Assembléia Legislativa, na abertura da 3^a sessão ordinária da sua 1^a Legislatura, em 13 de junho de 1937.

Ainda uma providencia que me cumpre sugerir: a criação de um segundo grupo escolar em Campo Grande, no bairro

Amambahy, conforme solicitações que me foram dirigidas pelo snr. Presidente da Câmara daquelle município e pelo snr. Cmte. da nona região solicitações essas motivadas pela verificação do constante crescimento da população infantil naquella prospera zona sulina. (MATO GROSSO, Mensagem..., 1937, p. 15)

A população de Campo Grande atingiu, em 1950, 57.033 habitantes, mais de dois habitantes por quilômetro quadrado, sendo 29.276 homens e 22.757 mulheres. Desse total, 16.275 pessoas eram analfabetas, sendo 7.381 homens e 8.894 mulheres (BRASIL, 1958, p. 126).

Nesse ano, em função do aumento do número de alunos no Grupo Escolar Joaquim Murtinho¹¹ foi autorizado, excepcionalmente, o funcionamento da instituição em mais um turno.

A duração do período escolar dos Grupos Escolares de quatro anos, funcionando em dois turnos, a matutino e o vespertino, exceção feita ao Grupo Escolar Joaquim Murtinho, da Cidade de Campo Grande, que devido ao grande número de alunos matriculados, superior à capacidade de suas instalações vem funcionando três-dobrado, de acordo com horários especiais atendendo de modo excepcional às necessidades locais. (MATO GROSSO, Mensagem.. , 1953, p.39)

Cabe assinalar que, nos anos 1950, foram instaladas mais duas escolas em Campo Grande, implantadas como grupos escolares: "Vespasiano Martins" e "Nicolau Fragelli". Este último, em 25 de maio de 1955, pelo governador do estado Fernando Corrêa da Costa. Sua instalação foi registrada em ata, relacionando-o diretamente à necessidade do combate ao analfabetismo.

Coube a realização de mais êsse empreendimento magnífico à administração do Dr. Fernando Corrêa da Costa, que com alta visão, inteligência e patriotismo vem desenvolvendo um programa de incentivo do Ensino primário a todos os recantos do Estado. Administrador de grande vulto é, a ele a quem devem ser endereçados todos os aplausos e todos os agradecimentos por esse ato de verdadeiro civismo de combate ao analfabetismo neste rincão do nosso Brasil. (ATA DE INSTALAÇÃO GRUPO ESCOLAR NICOLAU FRAGELLI, 1955, p. 1-2)

Enfim, para acompanhar o ensino criou-se um Departamento Municipal de Educação. O primeiro município a implantar esse Departamento foi Campo Grande, conforme palavras do governador.

Nota-se em todos os municípios do Estado, grande preocupação a respeito da montagem do ensino primário municipal, consoante prescrição da Constituição Federal e Estadual. O Departamento da Educação e Cultura ainda não possui dados sobre esse animador movimento educativo, a não ser do município de Campo Grande, que criou o Departamento Municipal de Educação aparelhado devidamente, e manteve no município, em 1947, cerca de dezenove escolas. Campo Grande foi o único município a entrar em contato com o Departamento de Educação e Cultura a respeito na louvável iniciativa constitucional do estabelecimento do ensino primário municipal.

As demais unidades municipais de Mato Grosso tem aquele Departamento dirigido a respeito da matéria, a fim de organizar um controle geral, de indiscutível importância pedagógica. (MATO GROSSO, Relatório., 1948, p. 64)

Considerações finais

Em síntese, pode-se dizer que a política educacional instaurada no Brasil a partir do final do século XIX teve como principal direção à organização da educação primária pública em torno dos grupos escolares, ao lado da Escola Normal para formar professores, ancorada no projeto político republicano, cuja prioridade era a erradicação do analfabetismo no País.

Pode-se afirmar que Mato Grosso seguiu a tendência nacional, buscando a modernização das cidades e do ensino pela implantação dos grupos escolares como forma de organização da educação escolar primária pública, em contraposição ao estigma do “estado atrasado”. Porém, essa implantação aconteceu somente nas cidades que mais se destacaram economicamente, vinculada à expectativa de progresso e desenvolvimento econômico do estado, como é o caso de Campo Grande, localizada no sul do estado e, de modo geral, foi lenta e parcial. Isso, de certo modo, se explica pelo fato de que:

Naquelas regiões brasileiras em que acumulação de capital se iniciava, embora de modo incipiente, como no caso de São Paulo, as inovações aos poucos iam encontrando suporte sócio-econômico para se concretizar. As outras regiões fechavam-se dentro de seu próprio atraso, marginalizando-se pelo processo de modernização. (REIS FILHO, 1981, p. 188)

O novo modelo de escola, que reunia em um mesmo prédio alunos, professores e outros funcionários (porteiro, serventes), sob a orientação e a administração de um diretor, era considerado um projeto inova-

dor para a época, na medida em que representava “(...) a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano” (REIS e SÁ, 2006, p. 39), o que exigia, por sua vez, professores formados pela Escola Normal.

No caso de Campo Grande, apesar de o prédio do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, transformado em Escola Modelo, ter sido construído especialmente para o seu funcionamento, caracterizou-se como uma edificação modesta e suas condições físicas não corresponderam, ao novo modelo de ensino adotado, na medida em que os espaços para atividades administrativas (diretoria, secretarias, sala de professores) e pedagógicas (biblioteca, sala de aula, pátio) eram deficientes e insuficientes. Esse modelo de escola exigia elevados recursos financeiros para construção e manutenção de edifícios próprios, conhecidos como “Palácios da instrução” com características determinadas (estrutura, forma, ventilação), ou seja, com padrões de conforto e higiene almejados pela escola republicana, além de mobiliário moderno, material didático adequado e professores habilitados, como aconteceu em São Paulo e em outros estados brasileiros, que, por sua vez, representavam a forma mais avançada da economia brasileira, assentada em bases industriais.

Finalmente, apesar de a implantação dos grupos escolares no estado de Mato Grosso ter acompanhado o desenvolvimento urbano e aumento populacional,

a expansão do ensino primário foi lenta e dependente das escolas isoladas e particulares¹², atendendo, portanto, necessidades sociais e culturais, condicionadas às particularidades econômicas e políticas de um estado criador de gado e marcado pela exploração de grandes latifúndios.

Notas

¹ A pesquisa contou, também, com a participação de Lucélia Gonçalves Cavalcante, bolsista PIBIC CNPq/UCDB, no período de 2005-2006.

² O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, a partir da divisão do estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em primeiro de janeiro de 1979. Situa-se na Região Centro-Oeste e faz fronteira, a sudoeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo; ao Sul, com o Paraná; e, ao norte, com Mato Grosso e Goiás. Possui 78 municípios distribuídos numa área de 358.158,7 Km e conta com uma população de 2.075.275 habitantes, conforme censo do IBGE (2000).

³ O município de Campo Grande foi criado pela Resolução n. 225, de 26 de agosto de 1899. A elevação da vila à categoria de cidade deu-se no ano de 1918, de acordo com a Lei estadual n. 772, de 16 de julho. Situa-se na região central de Mato Grosso do Sul, nas imediações do encontro das bacias dos rios Paraguai e Paraná. Tem uma área de 8.096 Km², dos quais 4,3% são considerados região urbana. Sua população, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em julho de 2005, atingiu um total 749.768 habitantes. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977 e a instalação do governo estadual de Mato Grosso do Sul, o município tornou-se a capital do novo estado.

⁴ Assinala-se que no decorrer dos anos 1930, ao instaurar o golpe de Estado em 1937, o presidente Getúlio Vargas (1930-1945), por meio do Decreto n. 1.468, de 6 de março de 1937, determinou “a Inter-

venção Federal no Estado de Matto-Grosso, nos termos do Art. 12, § 6, letra B, ultima parte da Constituição da Republica” (MATO GROSSO, Mensagem..., 1937, p.15).

⁵ Cabe lembrar que a Escola Normal sofreu muitas interrupções e esteve desativada por vários anos, prejudicando a formação de um quadro regular de professores.

⁶ Conforme Alves (2003, p.70) “Em definitivo até 1914, quando da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a Porto Esperança, Corumbá era, basicamente, o grande entreposto comercial do Estado, onde aportavam navios de médio calado, procedentes de Buenos Aires, Montevideu e Assunção. As mercadorias transportadas por via fluvial abarrotavam os armazéns de suas casas comerciais para seguirem em barcos de pequeno calado, oportunamente, para o norte e para o interior do estado [...].”
⁷ Esse Grupo foi o sétimo de uma lista de onze estabelecimentos criados em Mato Grosso no período de 1910-1927, a partir das reformas da instrução pública empreendidas na primeira gestão de Pedro Celestino Correa da Costa. (MATO GROSSO, 1978).

⁸ Junto ao referido Grupo Escolar, em 21 de abril de 1930, instalou-se a Escola Normal pelo presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930), sendo a primeira instituição sul-matogrossense dessa natureza e a segunda do estado, antecedida somente pela Escola Normal Pedro Celestino de Cuiabá.

⁹ Joaquim Murtinho (1848-1911), nasceu em Cuiabá, estudou Medicina no Rio de Janeiro, dedicou-se ao tratamento homeopático. Foi professor, ingressando na política como senador por Mato Grosso, em 1891 (MACHADO, 2000).

¹⁰ Ressalta-se que o Grupo Escolar “Amambaí” passou a denominar-se Grupo Escolar “General Malan”, por meio do Decreto n. 746, de 12 de setembro de 1949 (MATO GROSSO, 1949).

¹¹ Vale registrar que o Decreto n. 1.517, de 18 de junho de 1973, integrou a Escola Normal “Joaquim Murtinho” à Escola Modelo “Joaquim Murtinho”, passando a denominar-se Escola Estadual de I e II graus “Joaquim Murtinho”. Além disso, o prédio do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho” foi demolido no governo de José Fragelli (1971-1974).

¹² Conforme dados do IBGE (BRASIL, 1958, p. 126), em 1956, em Campo Grande, havia 73 estabelecimentos de ensino, dos quais 29 estaduais, 26 municipais e 18 particulares, ocupando 262 profes-

res. Segundo as categorias eram: quatro grupos escolares estaduais, três escolas reunidas municipais, 15 escolas particulares equivalentes a grupos escolares e 51 escolas isoladas.

Referências

ALVES, Gilberto Luís. Mato Grosso do Sul: o universal e o singular. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2003.

ATA DE INSTALAÇÃO. Grupo Escolar "Nicolau Fragelli, 1955, p. 1-2.

BITTAR, Marisa. Dos campos grandes à capital dos ipês. Campo Grande: Editora Alvorada. 2004.

BRASIL INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. v. XXV. Rio de Janeiro, 1958.

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 27-62.

COSTA, Celso. Evolução urbana. In: Campo Grande: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

JORNAL ENFOQUE. Joaquim Murtinho. (1986). Campo Grande, ano I, n. 1, jun. 1986.

MACHADO, Paulo Coelho. Pelas ruas de Campo Grande: a grande avenida. Campo Grande (MS): Prefeitura Municipal de Campo Grande, FUNCESP – Fundação Municipal de Cultura Esporte e Lazer, UBE – União Brasileira de Escritores (MS), 2000.

MARCILIO, Humberto. História do ensino em Mato Grosso. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Decreto n. 265 de 22 de outubro de 1910. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 213, p. 119-53. 1910^a.

_____. Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2^a sessão, em 13 de maio. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1910b.

_____. Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2^a sessão, em 13 de maio. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1911.

_____. Resolução n. 846, de 1921. Cuiabá: Typographia Official, 1921.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente do Estado de Mato Grosso, em 21 de maio. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1923.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Sr. Dr. Estevão Alves Corrêa. 1º vice-presidente do Estado, em 13 de maio. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1925.

_____. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso. Fls. 163-227, 1927a.

_____. Mensagem dirigida a Assembléia Legislativa pelo Sr. Dr. Mario Corrêa da Costa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, em 13 de maio. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. 1927b.

_____. Mensagem do Presidente do Estado Sr. Dr. Mário Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa, em 13 de maio de 1929. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1929.

_____. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Dr. Annibal Toledo, Presidente do Estado de Mato Grosso e lida na abertura da 1ª Sessão Ordinária de sua 15ª Legislatura. Cuiabá, 13 de maio de 1930.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor Franklin Cassiano da Silva. Diretor Geral da Instrução Pública. Cuiabá, 29 de agosto. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1931.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Interventor Federal Manoel Ary da Silva Pires e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª Legislatura. Cuiabá, 13 de junho de 1937. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1937.

_____. Relatório do Interventor Federal em Mato Grosso Bel. Julio Strúbing Muller à Assembléia Legislativa - 1939-1940. Rolo n. 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1940.

_____. Relatório do Governador do Estado Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembléia Legislativa em 13 de junho de 1948. Rolo n. 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1948.

_____. Relatório do Governador do Estado Fernando Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa em 1952. Rolo n. 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB, 1952.

_____. Mensagem, apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado de Mato Grosso Fernando Corrêa da Costa por ocasião do início da Legislatura de 1952. Imprensa Oficial. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1952.

_____. Mensagem, apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado de Mato Grosso Fernando Corrêa Da Costa por ocasião do início da Legislatura de 1953. Imprensa Oficial. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1953.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes. Catálogo n. 1, Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho. Cuiabá, 1978.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. 2. ed. São Paulo: DP&A.

REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares (2006). Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: Central de Texto: Ed. UFMT, v. 3. 2001.

REIS FILHO, Casemiro. A educação e a ilusão liberal. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

REVISTA FOLHA DA SERRA. Campo Grande-Mato Grosso. Ano II n. 23. Ago. 1933.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do 'longo século XX' brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, p. 11-57, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: Souza, Rosa Fátima et al. O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998. p. 19-62.

_____. Lições da escola primária IN: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, p. 109-61, 2004.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: Souza, Rosa Fátima et al. O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998, p. 63-105.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e Recriado memória) da Escola primária e da Infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org). Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. Capitalismo e educação no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papyrus, 1990.

Recebido em 12 de abril de 2008.

Aprovado para publicação em 25 de maio de 2008.

